



Da limitação temporal das consultas e exames médicos

Questão que com certa frequência é enfrentada pela classe médica junto a instituições que prestam serviços na área da saúde diz respeito ao tempo necessário para realizar consultas e exames médicos.

ASSUNTO LEGAL

Sob esse prisma, qual seria o limite máximo ou mínimo de atendimentos a pacientes em determinada carga horária, pelo médico, bem assim se eventual imposição resultaria em infringência ao Código de Ética Médica, ou se existiria legislação a respeito.

O tema ganha importância quando confrontado de um lado pela busca das empresas/instituições de saúde pela otimização dos serviços prestados pelos médicos, evitando a ociosidade, e de outro em face da sobrecarga desses profissionais quando submetidos a condições temporais desfavoráveis ao atendimento do paciente. Nesse sentido, tem sido cada vez mais almejada a criação de parâmetros temporais para a condução de consultas e exames, que podem interferir na relação médico-paciente, podendo obstar, desta forma, a boa prática médica.

Sob o ponto de vista legal, cumpre salientar que não existe norma que estabeleça parâmetros sobre duração mínima ou máxima na realização de consultas e exames médicos, sabendo-se que no caso das consultas é preciso observar que elas compreendem o exame clínico; o diagnóstico, cuja constatação pode depender de exames laboratoriais, de imagens ou outros especializados; e por fim a prescrição do tratamento adequado.

Resta, portanto, a análise acerca da questão ética quanto à eventual limitação

temporal de uma consulta ou de exame médico. O CFM, ao analisar essa questão, posicionou-se no sentido de que o tempo necessário para cada atendimento (consulta, exames, etc) deve ficar afeto à autonomia do profissional.

Portanto, não é permitido que sejam estipulados limites temporais para a realização de consulta e exames. É o que se depreende do Parecer CFM nº 30/1990: “...*não deve ser da competência de nenhum órgão ou entidade a determinação do número de atendimentos médicos para qualquer carga horária em qualquer especialidade*”. Ainda, o referido Parecer afirma que o tempo de duração de cada consulta não pode ser determinado por instruções, mas pelas circunstâncias que cada caso clínico requer.

Corroborando a orientação do CFM, destacamos que de acordo com o artigo 27, do Código de Ética Médica, é direito do médico: “*Art. 27 - Dedicar ao paciente, quando trabalhar com relação de emprego, o tempo que sua experiência e capacidade profissional recomendarem para o desempenho de sua atividade, evitando que o acúmulo de encargos ou de consultas prejudique o paciente.*”

Outrossim, o referido Diploma estabelece, em seu artigo 8º, que “*o médico não pode, em qualquer circunstância, ou sob qualquer pretexto, renunciar à sua liberdade profissional, devendo evitar*

que quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho”.

Por outro lado, deve ser garantido ao paciente que este receba uma assistência adequada, de acordo com suas condições e necessidades, sem que haja interferência na autonomia do profissional responsável pelo seu atendimento, tanto em caso de consulta quanto na realização de exames complementares.

Com efeito, destacamos que o Código de Ética Médica estabelece em seu artigo 16 que “*nenhuma disposição estatutária ou regimental de hospital ou instituição pública ou privada poderá limitar a escolha por parte do médico dos meios a serem postos em prática para o estabelecimento do diagnóstico e para a execução do tratamento, salvo quando em benefício do paciente*”.

Conclui-se, portanto, que cumpre ao médico, dentro de sua especialidade, tanto no exame clínico, como na realização dos exames e respectivos laudos, avaliar as circunstâncias de cada caso específico para definir o tempo necessário à correta realização do procedimento médico que está sob a sua responsabilidade.

Dra. Anna Lia Moscaleski é advogada da área de direito administrativo do escritório que presta assessoria jurídica ao CBR